

EXERCÍCIO DO DIREITO DE NÃO ESTAR SUJEITO A DECISÕES INDIVIDUAIS AUTOMATIZADAS.

PORMENORES DO CONTROLADOR.

Nome / razãosocialEndereço do escritório / serviço
antes do qual é exercido o direito de não ficar sujeito a decisões individuais automatizadas C/PI
..... Não..... Código postal.....Cidade
..... Província Comunidade autónoma Comunidade
autónoma
.....

DADOS DA PESSOA EM CAUSA OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL.

Sr. / Sra., maior de idade, com
endereço na C/Plaza
..... nº ,
Cidade Província CÓDIGO POSTAL
Comunidad Autónoma com D.N.I., com endereço eletrónico
electronic..... exerce o direito de não estar sujeito a decisões individuais automatizadas
previstas no artigo 22.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE 2016/679 (RGPD).

PEDIDOS:

não ser objeto de uma decisão baseada exclusivamente no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na minha esfera jurídica ou que me afecte significativamente de forma similar, em especial nos seguintes aspectos

Que sejam tomadas as medidas necessárias para salvaguardar os meus direitos e liberdades, bem como os meus interesses legítimos, o direito à intervenção humana, e que eu possa exprimir o meu ponto de vista e contestar a decisão, se o tratamento dos meus dados pessoais se basear na celebração ou execução de um contrato, ou no meu consentimento explícito.

Que o meu pedido seja satisfeito nos termos acima referidos no prazo de um mês.

Ema.....de.....de 20.....

Assinado:

INSTRUÇÕES

1. Este modelo deve ser utilizado pela pessoa em causa quando esta não desejar ser objeto de uma decisão baseada exclusivamente no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou a afecte.

Será igualmente utilizada para efeitos de tratamento com base na celebração ou execução de um contrato ou no consentimento explícito da pessoa em causa, com o objetivo de tomar as medidas necessárias para salvaguardar os seus direitos e liberdades, bem como os seus interesses legítimos, o direito de intervenção humana e de lhe permitir apresentar o seu ponto de vista e contestar a decisão.

2. Deve ser fornecida uma fotocópia do bilhete de identidade ou documento equivalente que comprove a identidade e seja considerado válido nos termos da lei, nos casos em que o responsável tenha dúvidas quanto à sua identidade. No caso de atuação através de representação legal, devem ser igualmente apresentados o bilhete de identidade e o documento que comprove a representação do representante.

3. A Agência Espanhola de Proteção de Dados não dispõe dos seus dados pessoais e só pode fornecer os dados de contacto dos encarregados da proteção de dados das entidades obrigadas a nomeá-los e que tenham comunicado a sua nomeação à Agência. Também pode fornecer esses dados de contacto para as entidades que tenham nomeado voluntariamente um Responsável pela Proteção de Dados e o tenham notificado.

4. O titular dos dados pessoais sujeitos a tratamento deve contactar diretamente o organismo público ou privado, a empresa ou o profissional que presume ou tem a certeza de que detém os dados.

5. Para que a Agência Espanhola de Proteção de Dados processe a sua queixa no caso de não ter sido dado seguimento ao seu pedido de exercício do direito de não ser objeto de decisões individuais automatizadas, incluindo a definição de perfis, é necessário que o responsável pelo tratamento de dados não tenha respondido ao seu pedido no prazo de um mês e apresente um dos seguintes documentos

- a recusa pelo responsável pelo tratamento do direito de não ficar sujeito a decisões individuais automatizadas, incluindo a definição de perfis.
- uma cópia, carimbada pelo responsável pelo tratamento, do formulário de pedido de não sujeição a decisões individuais automatizadas, incluindo a definição de perfis.
- uma cópia do modelo de formulário de pedido para o exercício do direito de não ficar sujeito a decisões individuais automatizadas, incluindo a definição de perfis, carimbado pelos correios ou uma cópia do recibo de envio por correio registado.
- qualquer outro meio de prova fornecido pelo responsável pelo tratamento de dados que permita deduzir a receção do pedido.